# Editorial

10.29073/j2.v8i2.1131

Patrícia Azevedo, Instituto Politécnico do Porto, Portugal, patricia_anjos_azevedo86@hotmail.com.

A presente edição do *J2 – Jornal Jurídico* reúne um conjunto de contributos que, embora diversos nos seus objetos de análise, convergem numa preocupação comum: a reconfiguração de institutos jurídicos clássicos perante as profundas transformações sociais, tecnológicas e científicas que caracterizam a contemporaneidade.

Num contexto em que o Direito é constantemente desafiado a adaptar-se a novas realidades, torna-se particularmente evidente a necessidade de revisitar categorias tradicionais, questionar os seus pressupostos e avaliar a sua capacidade de resposta face a problemas emergentes.

Este editorial tem como função a de refletir sobre temas atuais, propor debates, orientar a linha editorial e fornecer uma perspetiva crítica sobre assuntos de relevância para a comunidade científica ou jurídica[1]. O editorial serve ainda para sintetizar tendências do pensamento jurídico, comentar decisões recentes do poder judiciário ou mudanças legislativas, e indicar temas emergentes para estudo e reflexão[2]. Dessa forma, pretendemos apresentar um guia interpretativo, auxiliando os leitores a compreender a relevância dos temas apresentados[3].

Os trabalhos agora publicados ilustram, de forma expressiva, essa tensão entre continuidade e mudança, evidenciando a forma como diferentes áreas do Direito são chamadas a evoluir, mas sem perder de vista a sua dogmática própria e os seus fundamentos estruturantes.

No domínio das relações familiares, a análise do regime da pensão de alimentos após a maioridade destaca os desafios práticos e interpretativos associados à extensão das obrigações parentais para além dos limites tradicionais, o que obriga a uma reflexão mais ampla sobre a proteção jurídica em contextos de transição para a autonomia económica. Este contributo evidencia, assim, a necessidade de soluções equilibradas que articulem responsabilidade familiar, comportamento do alimentado para com o progenitor que lhe paga os alimentos, e realidade socioeconómica.

Já no âmbito do Direito do Trabalho, os impactos da digitalização e da inteligência artificial assumem particular centralidade. A problematização da responsabilidade jurídica associada à substituição de empregos por sistemas de inteligência artificial levanta questões fundamentais quanto à redistribuição de riscos, à proteção dos trabalhadores e à necessidade de construção de novos modelos regulatórios.

Em paralelo, a análise da presunção de contrato de trabalho no âmbito das plataformas digitais evidencia as dificuldades de enquadramento jurídico de formas atípicas de prestação laboral, desafiando as fronteiras tradicionais entre trabalho subordinado e trabalho independente.

A presente edição inclui igualmente uma reflexão aprofundada sobre a evolução da responsabilidade civil, explorando a emergência de soluções que procuram ultrapassar a dicotomia clássica entre responsabilidade contratual e extracontratual. A ideia de uma "terceira via" revela a crescente permeabilidade entre categorias

---

[1] VASCONCELLOS, V. G. de. (2017). Editorial: A função do periódico científico e do editor para a produção do conhecimento no Direito e nas ciências criminais. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, v. 3, n. 1, p. 9 17.
DOI: 10.22197/rbdpp.v3i1.34
Disponível em: https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/article/view/34

[2] PENG, P.-C.; COLEMAN, F.T. (2024). Editorial viewpoints of scientific publishing for early career research scientists. BMC Proceedings, v. 18, art. 4.
DOI: 10.1186/s12919-023-00286-7
Disponível em: https://bmcproc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12919-023-00286-7

[3] MRYGLOD, O., HOLOVATCH, Y., & MRYGLOD, I. (2011). Editorial process in scientific journals: analysis and modeling. https://arxiv.org/abs/1109.6211

dogmáticas e a influência recíproca entre doutrina e jurisprudência na construção de respostas mais adequadas à complexidade dos litígios contemporâneos.

No domínio da propriedade intelectual, a análise dos desafios jurídicos colocados pelo *metaverso* no contexto das marcas evidencia a necessidade de repensar os mecanismos de proteção de ativos intangíveis em ambientes digitais imersivos. A expansão de universos virtuais coloca questões inéditas quanto à territorialidade, à utilização e à defesa de direitos, exigindo uma abordagem inovadora e interdisciplinar.

Por outro lado, e numa outra matéria igualmente importante, a do Direito Administrativo especial, a reflexão sobre os poderes de conformação da relação contratual no âmbito do Código dos Contratos Públicos sublinha a relevância do equilíbrio entre autonomia contratual e interesse público, num contexto em que a contratação pública assume um papel central na prossecução de políticas públicas e na gestão eficiente de recursos.

Finalmente, a incursão no domínio da bioética e do Direito da saúde, através da análise dos desafios jurídicos associados ao quimerismo hematopoiético e ao transplante de medula óssea na era genómica, evidencia a crescente interseção entre o Direito e as ciências da vida. Este contributo coloca em destaque questões complexas relacionadas com a identidade biológica, o consentimento e os limites da intervenção médica, demonstrando a necessidade de um enquadramento jurídico sensível à evolução científica.

No seu conjunto, os trabalhos reunidos neste número refletem a vitalidade e a capacidade adaptativa da ciência jurídica, evidenciando um esforço consistente de análise crítica e de construção de soluções face a realidades em mutação. A diversidade temática não constitui, assim, um elemento de dispersão, mas antes um sinal da amplitude dos desafios que hoje se colocam ao Direito.

A presente edição reafirma o compromisso do *J2 – Jornal Jurídico* com a promoção de uma investigação rigorosa, plural e atenta às transformações estruturais da sociedade contemporânea. Ao proporcionar um espaço de diálogo entre diferentes áreas do saber jurídico, a revista contribui para o desenvolvimento de um pensamento crítico capaz de acompanhar (e, sempre que possível, antecipar) as exigências do nosso tempo.

Por fim, e tal como habitualmente, não podemos deixar de reforçar/expressar um agradecimento a todos os autores, revisores e colaboradores que contribuíram para esta edição. O seu empenho é essencial para a consolidação de um projeto editorial que se pretende exigente, relevante e academicamente consistente.

Convida-se, assim, a comunidade académica a uma leitura atenta e crítica dos textos agora publicados, na expectativa de que este número possa contribuir para o aprofundamento do debate jurídico e para a construção de respostas adequadas aos desafios emergentes.

## Declaração Ética

**Conflito de Interesse:** Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.

Todo o conteúdo do ***J²* — *Jornal Jurídico*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.